



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO DO SUL

TERMO DE REFERÊNCIA - TJMS

Processo nº 00031112-37.2026.8.12.9157

1. OBJETIVO

1.1. Elaboração de Ata de Registro de Preços para a aquisição futura e eventual de placas e letreiros, a fim de que seja realizada a confecção das mesmas, atendendo o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul.

2. OBJETO

2.1. O objeto é a Contratação de empresa especializada em confecção de placas e letreiros para atendimento ao Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul, conforme a planilha de especificações. A compra será na modalidade Ata de Registro de Preços, e o objeto da contratação tem a natureza de prestação de serviço não continuado.

2.2. O serviço inclui o fornecimento de placas quimiogravadas e letras caixa, conforme a discriminação de itens a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN.	QUANT	QUANT. MÍNIMA/PEDIDO
01	Placa de aço inox AISI 304, quimiogravada, padrão Tribunal de Justiça, medindo 60 x 40cm.	un	10	01
02	Placa de aço inox AISI 304, quimiogravada, padrão Tribunal de Justiça, medindo 40 x 30cm.	un	5	01
03	Placa de aço inox AISI 304, quimiogravada, padrão Tribunal de Justiça, medindo 37cm x 07cm.	un	5	01
04	Placa de aço inox AISI 304, quimiogravada, padrão Tribunal de Justiça, medindo 30 x 20cm.	un	5	01

05	Placa de aço inox AISI 304, quimiogravada, padrão Tribunal de Justiça, medindo 20 x 15cm, com estojo revestido em camurça (homenagem)	un	5	01
06	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 30cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS	un	30	01
07	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 20cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS.	un	50	01
08	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 15cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS.	un	50	01
09	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 10cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS.	un	50	01
10	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 8cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS.	un	50	01

11	Letra caixa em aço inox AISI 304, escovado, rebordos laterais com pintura preto fosco, com 5cm de altura, inclusive instalação na Comarca de Campo Grande/MS.	un	50	01
12	Deslocamento para instalação de letra caixa no interior do Estado até 150 km de distância da cidade de Campo Grande/MS.	un	5	01
13	Deslocamento para instalação de letra caixa no interior do Estado de 151 Km até 300 Km de distância da cidade de Campo Grande/MS.	un	5	01
14	Deslocamento para instalação de letra caixa no interior do Estado de 301 Km até 500 Km de distância da cidade de Campo Grande/MS.	un	5	01

2.3. Deslocamento e Instalação (Interior do Estado): Os itens 12, 13 e 14 referem-se ao deslocamento para instalação de letra caixa no interior do Estado, sendo solicitados apenas quando houver necessidade de atuação em Município distinto de Campo Grande/MS. O cálculo da distância (até 500 Km) será obtido através do site da SEFAZ de Mato Grosso do Sul e o valor deve incluir despesas como alimentação, combustível, estadia e tributos. A CONTRATADA é responsável pelo pagamento de salários e encargos sociais de seus funcionários.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1.1. A motivação é a aquisição de placas de aço para uso institucional em inaugurações, homenagens e eventos variados, bem como de letreiros em aço necessários para diversos fins, como fachadas, painéis e galerias.

3.2. BENEFÍCIOS DIRETOS E INDIRETOS QUE RESULTARÃO DA CONTRATAÇÃO

3.2.1. A obtenção dos materiais mediante Ata de Registro de Preços tem como benefício direto a redução da probabilidade de incidência de erros e morosidade na entrega. A contratação visa o fornecimento por uma só empresa, o que contribui para a eficiência na entrega.

3.3. CONEXÃO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO EXISTENTE

3.3.1. O serviço de confecção de placas e letreiros consta na Programação Financeira do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. As dotações

orçamentárias específicas alocadas para este serviço são 3390.3044 e 3390.3916.

3.4. JUSTIFICATIVA PARA O AGRUPAMENTO DE ITENS EM GRUPOS

3.4.1. Houve a necessidade de agrupar todos os itens (placas e letreiros) para adjudicação a uma só empresa.

3.4.2. O agrupamento se justifica para garantir uma contratação economicamente mais vantajosa para a Administração. Além disso, a adjudicação a uma única empresa reduz a probabilidade de erros e a morosidade na entrega, pois o atendimento das áreas requer um conjunto de materiais em uma sequência e em um mesmo local.

3.5. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE)

3.5.1. O uso de aço inox AISI 304, conforme especificado, por se tratar de um material de longa vida útil e 100% reciclável, reduz a necessidade de extração de novos recursos naturais e minimiza a geração de resíduos sólidos a longo prazo.

4. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

4.1. DETALHAMENTO DO OBJETO

4.1.1. O objeto da contratação consiste no fornecimento e, em alguns casos, na instalação de placas e letreiros confeccionados em aço inox AISI 304. Os materiais são divididos em dois tipos principais:

4.1.2. - Placas Quimiogravadas (Padrão Tribunal de Justiça): As placas devem ser de aço inox AISI 304, quimiogravadas, padrão Tribunal de Justiça. As dimensões variam de 60 x 40cm a 20 x 15cm. O item 05 especifica uma placa medindo 20 x 15cm, que deve incluir um estojo revestido em camurça (homenagem).

4.1.3. - Letras Caixa: Devem ser em aço inox AISI 304, com acabamento escovado, e possuir rebordos laterais com pintura preto fosco. A altura das letras caixa varia de 5cm a 30cm.

4.1.4. - Serviços de Deslocamento: Estão previstos itens específicos (12, 13 e 14) para o deslocamento da Contratada quando a instalação da letra caixa for em um Município distinto de Campo Grande/MS. O valor do deslocamento deve incluir despesas como alimentação, combustível, estadia e tributos. A quilometragem (até 500 Km) será apurada através do site oficial da SEFAZ de Mato Grosso do Sul.

4.2. DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO/ENTREGAS

4.2.1. A execução da contratação será realizada mediante a utilização da Ata de Registro de Preços a cada necessidade do Poder Judiciário/MS. O processo de execução envolve as seguintes etapas:

4.2.2. **Solicitação:** O pedido, contendo a discriminação e a quantidade do produto, será elaborado pelo Departamento de Projetos e enviado, via memorando, à Secretaria de Bens e Serviços, juntamente com a justificativa, para posterior emissão da Nota de Empenho.

4.2.3. **Prazo de Execução:** Os serviços devem ser executados em até 10 dias após a aprovação dos modelos.

4.2.4. **Local e Horário de Entrega/Instalação:** A entrega e a instalação ocorrerão nos prédios do Poder Judiciário/MS, em dias úteis, entre 8h e 18h. Excepcionalmente, poderá ocorrer em dias não úteis, desde que haja comum

acordo e sem ônus para o CONTRATANTE.

4.2.5. **Qualidade e Reparo:** Os materiais devem ser entregues em perfeito estado, conforme as especificações do item 1.1. Caso a placa ou letra caixa apresente defeito, a Contratada tem 48 (quarenta e oito) horas para entregar um novo produto, sem ônus para o Tribunal.

4.2.6. **Custos de Transporte:** A empresa deverá arcar com todos os custos de transporte do objeto.

5. DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

5.1. O serviço de confecção de placas e letreiros consta na Programação Financeira do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul. O valor máximo estimado para a presente contratação é de R\$ 55.030,00 (cinquenta e cinco mil e trinta reais).

Ite m	Descrição do Objeto	do Valor Global (R\$)	UGR	Fonte (Localizador)	Natureza Despesa	da ID
01-14	Confecção de Placas e Letreiros	55.030,00	TJMS	2.061.000.320.440.0002	3390.3044	SO-12-2026

6. RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O recebimento do objeto e a consequente aprovação do serviço executado estão diretamente ligados ao processo de pagamento, conforme definido nos critérios do Termo de Referência.

6.2. **Aprovação e Aceite:** O recebimento do serviço (placas e letreiros) será aprovado pelo fiscal.

6.3. **Condição dos Materiais:** Os materiais devem ser confeccionados de acordo com as especificações previstas no item 1.1 e entregues em perfeito estado.

6.4. **Prazo para Reparo:** Caso a placa ou letra caixa apresentem defeito, a Contratada terá 48 (quarenta e oito) horas para entregar um novo produto, sem qualquer ônus para o Tribunal.

6.5. **Pagamento:** O pagamento à Contratada somente será efetuado após a aprovação do recebimento do serviço pelo fiscal e a emissão da nota fiscal

7. ENQUADRAMENTO DO OBJETO COMO COMUM

7.1. O enquadramento do objeto como serviço comum é inferido pela sua natureza padronizada, que permite o uso da modalidade licitatória de Pregão Eletrônico.

7.2. O objeto da contratação é a confecção de placas e letreiros para o Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul. A especificação técnica detalhada do objeto demonstra que se trata de um produto com requisitos objetivos e de mercado, o que permite o julgamento pelo critério de maior desconto, típico de serviços e bens comuns. As características que permitem esse enquadramento são:

7.3. **Material Padronizado:** Os itens exigem placas de aço inox AISI 304, quimiogravadas, em dimensões fixas (como 60 x 40cm ou 37cm x 07cm).

7.4. **Letras Caixa Padronizadas:** As letras caixa também devem ser de aço inox AISI 304, escovado, com rebordos laterais em pintura preto fosco, possuindo alturas específicas, variando de 30cm até 5cm.

7.5. **Modalidade Escolhida:** A compra será realizada por licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, a qual é legalmente reservada para a aquisição de bens e serviços comuns, que possuem padrões de desempenho e qualidade que

podem ser objetivamente definidos.

7.6. **Natureza do Serviço:** A contratação é classificada como prestação de serviço não continuado.

8. UNIDADE DE MEDIDA DO OBJETO

8.1. A unidade de medida (UN.) utilizada para todos os itens do objeto da contratação — placas de aço inox e letras caixa, bem como os serviços de deslocamento — é a unidade (un). Detalhes por Item:

8.2. **Placas de Aço Inox (Itens 01 a 05):** Placas de aço inox AISI 304, quimiogravadas, são medidas em unidade (un), independentemente das suas dimensões (por exemplo, 60 x 40cm ou 20 x 15cm).

8.3. **Letras Caixa (Itens 06 a 11):** As letras caixa em aço inox AISI 304, escovado, são igualmente medidas em unidade (un), mesmo que suas alturas variem (de 30cm até 5cm).

8.4. **Serviços de Deslocamento (Itens 12 a 14):** Os serviços de deslocamento para instalação de letra caixa no interior do Estado (cobrindo distâncias de até 500 Km) também são quantificados por unidade (un).

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (REFERENCIAL)

9.1. Para a presente contratação, estima-se o valor máximo de R\$ 55.030,00 (cinquenta e cinco mil e trinta reais). Este valor refere-se ao orçamento global anexo ao Termo de Referência, que contempla o registro de preços para a aquisição futura e eventual de todos os itens de placas e letreiros.

10. VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1. A presente ARP terá vigência de 01(um) ano com possibilidade de prorrogação.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Obrigações Gerais	Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento
11.1. Confeccionar os materiais (placas e letreiros) de acordo com as especificações do item 1.1 e entregá-los em perfeito estado.	Caso a placa ou letra caixa apresente defeito, a Contratada deve entregar um novo produto, sem defeito e sem ônus para o Tribunal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
11.2. Executar os serviços (entrega/instalação) em até 10 dias após a aprovação dos modelos.	Advertência. Multa Moratória por Atraso: - Até o 10º (décimo) dia: 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida. - A partir do 11º (décimo primeiro) dia (se a Administração não rescindir): 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da parcela inadimplida, até a efetiva entrega.
11.3. Aceitar a Nota de Empenho no prazo estabelecido.	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total constante na nota de empenho pela recusa em aceitá-la.

Obrigações Gerais	Grau de Penalidade em Caso de Descumprimento
11.4. Cumprir integralmente o objeto.	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho por inexecução total. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida em caso de inexecução parcial.
11.5. Não motivar a rescisão da Ata de Registro de Preços	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor restante da nota de empenho em caso de rescisão motivada pela Contratada.
11.6. Arcar com todos os custos de transporte do objeto	As penalidades acima se aplicam ao descumprimento de obrigações gerais.
11.7. Cumprir as obrigações legais para evitar a punição	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes, ou até que haja reabilitação (mediante ressarcimento de prejuízos e após decorrido o prazo da sanção aplicada).

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Gestão e Fiscalização:

12.2. • Aprovação de Pedidos: Elaborar o pedido, contendo a discriminação do produto e a quantidade a ser adquirida, e enviá-lo pela Secretaria de Obras à Secretaria de Finanças.

12.3. • Emissão de Empenho: Promover a posterior emissão da Nota de Empenho.

12.4. • Aprovação dos Modelos: Aprovar os modelos para confecção dos materiais, sendo que o prazo de execução da Contratada (10 dias) começa a contar após esta aprovação.

12.5. • Fiscalização: designar os fiscais da Ata de Registro de Preços, que serão a Diretora do Departamento de Obras e Serviços e um servidor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Projetos, da Secretaria de Obras do TJMS.

12.6. • Aprovação do Recebimento: Realizar a aprovação do recebimento do serviço pelo fiscal.

12.7. Pagamento:

12.8. • Efetuar o Pagamento: O pagamento deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis.

12.9. • Condição para Pagamento: O pagamento é condicionado à aprovação do recebimento do serviço pelo fiscal e à consequente emissão da nota fiscal.

12.10. • Responsabilidade Financeira: A responsabilidade do Tribunal é restrita apenas ao pagamento do valor pactuado, quando em serviço para instalação da letra caixa, não abrangendo salários, encargos sociais ou reclamações trabalhistas da Contratada.

12.11. Condições de Entrega/Instalação:

12.12. • Garantir que a entrega e a instalação serão realizadas nos prédios do Poder Judiciário/MS.

12.13. • Garantir que, caso a instalação ocorra em dias não úteis, isso deverá ser feito de comum acordo e não acarretar ônus para o CONTRATANTE.

13. **CONSÓRCIOS E SUBCONTRATAÇÃO**

13.1. Não será permitida a formação de consórcios. A formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto em que, empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital, em especial a aspectos técnicos, o que não se aplica ao presente caso.

13.2. É vedada a subcontratação ou terceirização integral ou parcial do objeto deste certame.

14. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)**

14.1. Tipos de Penalidades Previstas (Art. 156 da Lei nº 14.133/21):

14.2. - Advertência.

14.3. - Multa.

14.4. - Declaração de Inidoneidade.

14.5. Multas e Sanções Específicas:

Natureza do Descumprimento	Penalidade Aplicável
Atraso na Entrega/Execução (Atraso Moratório)	Até o 10º dia: Multa de 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida. Após o 10º dia, a Administração pode considerar a obrigação inadimplida e rescindir a Ata de Registro de Preços.
Atraso na Entrega (a partir do 11º dia, sem Rescisão)	A partir do 11º dia: Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, até a entrega efetiva do objeto.
Recusa em Aceitar a Nota de Empenho	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total constante na nota de empenho.
Inexecução Parcial	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
Inexecução Total	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho.
Rescisão Motivada Pela Contratada	Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor restante da nota de empenho.
Defeito no Objeto	Obrigação de Reparo/Substituição: Caso a placa ou letra caixa apresente defeito, a Contratada deve entregar um novo produto, sem defeito e sem qualquer ônus para o Tribunal, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Penalidade Máxima (Inidoneidade)	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. Esta sanção perdurará enquanto persistirem os motivos da punição, ou até que a Contratada promova a reabilitação. A reabilitação exige que a Contratada ressarça a Administração pelos prejuízos e que tenha decorrido o prazo da sanção aplicada.
----------------------------------	--

15. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.1. Modalidade de Execução:

15.2. • A contratação ocorrerá com a utilização da Ata de Registro de Preços a cada necessidade.

15.3. • Cada aquisição demandada resultará na elaboração de uma Nota de Empenho.

15.4. Processo de Solicitação e Autorização:

15.5. • Quando houver demanda, o pedido, detalhando a discriminação do produto e a quantidade a ser adquirida, será elaborado e enviado pelo Departamento de Obras e Serviços.

15.6. • Este pedido será formalizado através de memorando à Secretaria de Bens e Serviços, acompanhado da devida justificativa, para que se promova a emissão da Nota de Empenho.

15.7. • Os serviços somente serão executados após a aprovação dos modelos por parte da Contratante.

15.8. Fiscalização da Ata de Registro de Preços:

15.9. • Os fiscais da Ata de Registro de Preços serão designados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS).

15.10. • Os fiscais serão a Diretora do Departamento de Obras e Serviços e um servidor da Coordenadoria de Desenvolvimento de Projetos, ambos lotados na Secretaria de Obras do TJMS.

15.11. Recebimento e Aprovação do Objeto (Função Fiscalizatória):

15.12. • O recebimento do serviço está vinculado à aprovação pelo Departamento de Obras e Serviços do TJ/MS.

15.13. • A aprovação do recebimento, juntamente com a emissão da nota fiscal, é a condição para que o pagamento seja efetuado.

15.14. • É responsabilidade da fiscalização verificar que os materiais foram confeccionados de acordo com as especificações do item 1.1 e foram entregues em perfeito estado.

16. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

16.1. Prazo para Pagamento:

16.2. • O pagamento à Contratada deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis.

16.3. Condições para Liquidação e Pagamento:

16.4. • Aprovação do Recebimento: O pagamento é condicionado à aprovação do recebimento do serviço pelo Departamento de Obras e Serviços do TJ/MS.

16.5. • Emissão de Documento Fiscal: Deve haver a consequente emissão da nota fiscal pela Contratada.

16.6. **Limite da Responsabilidade do Contratante:**

16.7. • Fica sob a responsabilidade deste Tribunal apenas e tão somente o pagamento do valor pactuado, especialmente quando em serviço para instalação da letra caixa.

16.8. • É de total responsabilidade da Contratada o desembolso com pagamento de salários, encargos sociais, eventuais reclamações trabalhistas e outros benefícios de direito de seus funcionários.

17. **QUALIFICAÇÕES**

17.1. **Inscrição no Cadastro Central de Fornecedores do TJ/MS:** As empresas interessadas devem estar inscritas no Cadastro Central de Fornecedores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ/MS).

17.2. **Comprovação:** A inscrição deve ser comprovada por meio do Certificado de Registro Cadastral (CERCA).

17.3. **Validade do CERCA:** O Certificado de Registro Cadastral (CERCA) será considerado válido somente se todos os documentos nele relacionados estiverem com seus prazos vigentes na data da verificação da documentação.

17.4. **Exceção à Validade:** A exigência de vigência não se aplica à documentação fiscal e trabalhista das Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), conforme informado no “Termo de Habilitação”.

18. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

18.1. Caso a placa ou letra caixa apresentem defeito, a Contratada tem a obrigação de realizar a substituição do produto. Nessa situação, a Contratada deverá:

18.2. • Entregar um novo produto sem qualquer defeito.

18.3. • Realizar a entrega e substituição sem qualquer ônus para o Tribunal de Justiça.

18.4. • Cumprir esta obrigação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

19. **SIGILO**

19.1. A presente contratação **não possui caráter sigiloso**, devendo ser observada a publicidade dos atos administrativos, ressalvadas as informações pessoais que devem ser protegidas conforme a **Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)**.

20. **RESCISÃO CONTRATUAL**

20.1. Rescisão por Atraso na Execução (Inadimplência):

20.2. • Se houver atraso na entrega do objeto por um período máximo de 10 (dez) dias, a Administração pode aplicar multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia, calculada sobre o valor total da parcela inadimplida.

20.3. • A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, a Administração poderá considerar a obrigação inadimplida, o que enseja a consequente rescisão da avença.

20.4. • Mesmo que a Administração não rescinda a Ata de Registro de Preços, após o 10º dia, a multa moratória se eleva para 1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total da parcela inadimplida.

20.5. Multas Aplicáveis em Caso de Rescisão:

20.6. • Rescisão Motivada Pela Contratada: Multa de 10% (dez por cento)

sobre o valor restante da nota de empenho.

20.7. • Inexecução Total: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da nota de empenho.

20.8. • Inexecução Parcial: Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

20.9. Penalidade Máxima Ligada à Rescisão. A rescisão motivada por falhas graves da Contratada pode levar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública. A reabilitação da Contratada após essa penalidade só será concedida se ela:

20.10. • Ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.

20.11. • Tiver decorrido o prazo da sanção aplicada.

20.12. A rescisão contratual está diretamente relacionada ao descumprimento das obrigações pela Contratada, caracterizando inexecução total ou parcial do objeto. Embora a sua consulta cite o Art. 78 da Lei nº 8.666/93, os mecanismos de rescisão e as penalidades mencionadas no Termo de Referência estão descritos em conformidade com a Lei nº 14.133/21.

21. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

21.1. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na vigência da presente Ata de Registro de Preços, até 25% (vinte e cinco por cento) de seu valor inicial atualizado.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A empresa deverá arcar com **todos os custos de transporte** do objeto deste termo de referência.

22.2. Para os serviços no interior (itens 12 a 14), a quilometragem será apurada via site oficial da **SEFAZ/MS**, incluindo no valor despesas de alimentação, combustível, estadia e tributos.

22.3. Os serviços deverão ser prestados em **dias úteis, das 8h às 18h**, salvo comum acordo entre as partes que não gere ônus ao Tribunal.

22.4. A responsabilidade do Tribunal restringe-se ao **pagamento do valor pactuado**, sendo a contratada responsável por todos os encargos trabalhistas e sociais de seus funcionários.

23. ANEXOS

23.1. ANEXO I - Relação dos endereços dos prédios do poder judiciário/MS.

Campo Grande, 16 de fevereiro de 2026

**Eng.º Luis Antonio Gonçalves
Lourenço**

Técnico de Nível Superior

(Assinado digitalmente)

De acordo

Arq. Daniel Felipe Hendges

Diretor da Secretaria de Obras

(Assinado digitalmente)



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Felipe Hendges, Diretor**, em 16/03/2026, às 17:58, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luis Antonio Goncalves Lourenco, Técnico de Nível Superior**, em 16/03/2026, às 18:01, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.tjms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0307808** e o código CRC **5CA3698E**.

Referência: Processo nº 00031112-37.2026.8.12.9157

SEI nº 0307808